

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE SEGURANÇA CIDADÃ / SEGURANÇA PUBLICA

Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Ibero-Americanos, reunidos em Assunção, Paraguai, por ocasião da XXI Cúpula Ibero-Americana:

Sinalizam que a Segurança é uma condição necessária para o exercício da liberdade e um direito inalienável dos povos de contarem com as condições que garantam o desenvolvimento econômico, político e social, em ambiente de paz e segurança, livre de violência e criminalidade, com boa qualidade de vida.

Reafirmam que compete a cada Estado a responsabilidade de atualizar, quando seja o caso, e manter um sistema de prevenção do crime e justiça penal, eficaz, justo, responsável e humano que garanta a segurança cidadã .

Recordam que a prevenção do delito e da violência e a participação cidadã, sob adequada condução política e controlo democrático, são elementos-chave para avançar na consolidação de valores e normas comunitárias, como o respeito e solidariedade, que têm sido tradicionais na Comunidade Ibero-Americana.

Consideram que a desigualdade social e a impunidade são causadoras, entre outras, da violência e da insegurança.

Destacam que a aplicação de políticas públicas em matéria de segurança cidadã nos respectivos territórios é de grande importância para avançar no processo de integração e segurança regionais.

Enfatizam que o fortalecimento da capacidade dos Estados para prevenir e responder à delinqüência e à violência devem ser necessariamente acompanhados pelo respeito incondicional das suas instituições pelos Direitos Humanos, nos quadros jurídicos nacionais e internacionais.

Manifestam:

A importância de se estabelecerem políticas públicas em matéria de Segurança Publica, assim como a necessidade de consolidar uma visão integral dos fenômenos que promova o uso dos instrumentos de prevenção e controlo da violência e criminalidade.

A necessidade de se realizarem esforços para introduzir reformas legais e institucionais, de acordo com as realidades nacionais, para fortalecer e reforçar a condução civil dos órgãos que participam no sistema de segurança cidadã, e para fomentar a coordenação interinstitucional, assim como a formação e capacitação de recursos humanos, orientados a melhorar as ações nacionais e regionais, de maneira integral, em matéria de segurança pública.

Que é imperativo fortalecer a Segurança Cidadã, por parte dos Estados, máximos responsáveis pelo controlo do comércio, posse e uso de armas de fogo e munições, explosivos e acessórios, assim como das iniciativas de desarmamento, campanhas de sensibilização contra a violência armada e a aplicação de medidas de toda a índole, incluindo ao nível legislativo, para combater o tráfico ilícito de armas, pequenas e ligeiras em todos os seus aspectos, em consonância com as ações que se levam a cabo no âmbito das Nações Unidas, como alternativa viável da prevenção, abordagem e eliminação deste flagelo. Estes esforços devem ser complementados com a necessária cooperação e assistência regional, incluída a assistência financeira e técnica.

O compromisso de promover uma maior participação e cooperação entre os Estados, a cidadania, os organismos internacionais e a sociedade civil para consolidar a troca de conhecimentos, experiências e boas práticas conforme aos novos paradigmas da segurança pública.

A sua vontade de prosseguir combatendo a delinqüência organizada internacional em todas as suas manifestações e enfatizar a necessidade de otimizar os mecanismos de prevenção, assim como de fortalecer o combate contra estas manifestações e seus autores.

O valor da cooperação em particular de assistência judicial recíproca e da extradição como instrumentos essenciais na luta contra o crime organizado transnacional.

Fomentar a subscrição de instrumentos jurídicos em matéria de assistência judicial, recíproca e de extradição, como instrumentos essenciais na luta contra a delinqüência organizada transnacional.

Condenar o seqüestro seja com fins políticos ou econômicos, o tráfico de seres humanos e a violência de gênero, o maltrato infantil e expressar a profunda preocupação pelas conseqüências destes actos sobre as vítimas, famílias e sociedade no seu conjunto.